

**DISCURSO PROFERIDO PELO AUTOR POR OCASIÃO DA  
POSSE NO CARGO DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL  
DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, EM 16 DE  
AGOSTO DE 1983<sup>1</sup>**

---

**DOMINGOS FRANCIULLI NETTO**  
*Ministro do Superior Tribunal de Justiça*

Até onde a minha memória alcança, procuro recordar-me de quando ouvi, pela vez primeira na vida, as palavras Juiz de Direito e Desembargador. Não posso afirmar qual precedeu à outra ou se ambas aos meus ouvidos aportaram simultaneamente.

Sei, com certeza, que tal se deu nos primórdios da década de 1940.

Como não é de meu desejo garatujar epopéias não-vividas, vejo-me em apuros. A cronologia necessita de datas e as datas de números. Estes, a par de não serem a linguagem do coração, a via que escolhi para agradecer a gentileza de tantas honrosas e calorosas presenças, os números, nos dias que correm, estão tão desacreditados quanto aqueles que os manejam ou remanejam fora do domínio das ciências exatas, por esquecidos de que, no campo social, não existe obra material, por mais importante ou prioritária que seja, a justificar o sacrifício dos postulados básicos da dignidade humana.

Na farândola desordenada de minhas reminiscências, aflora-me à mente que meu avô, José Fiasco, Oficial de Justiça lotado na Primeira Vara Criminal, nos passeios a que me levava pelas alamedas do Jardim Trianon, mencionava com certa freqüência o nome do Desembargador Paulo Américo Passalacqua.

---

<sup>1</sup> Publicado na Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, LEX, vol. n. 84, setembro/outubro de 1983, p. 511/515.



Na mesma época, para chegar à casa de minha avó, nas amiudadas visitas, que eu as esperava com sofreguidão para ser mimado, era obrigatória a passagem, então feita de charrete (os tempos eram de guerra), por um casarão arborizado, situado na Rua Major Diogo, perto da Conselheiro Carrão, no bairro que ainda não era dos teatros e das cantinas<sup>2</sup>. Nessa oportunidade, como se não houvera dito das vezes anteriores, ou como senha de mar à vista, meu pai sempre dizia que ali morava um Juiz de Direito.

Não sabia, é claro, eu do que se tratava, mas, pelo respeito reverencial com que ambos pronunciavam esses títulos profissionais, não me restava senão ensimesmar-me.

Será que – um e outro – sonhavam que pudesse ser um deles?

Meu avô de há muito partiu deste mundo. Pelos olhos marejados de lágrimas de meu pai, penso que não, ao saber-me Juiz, em 1967.

Muito tempo depois, vim a saber que, em nome da secção civil deste Sodalício, assim se manifestara o então Desembargador e depois ministro Pedro Chaves, ao ensejo do falecimento do Desembargador Passalacqua:

“Um escritor e filósofo chinês da atualidade Lyn Yutang põe na boca de um personagem que tresandava as doçuras das concepções do velho Confúcio uma singela observação sobre a relação da vida interna com a vida externa, dizendo – só está certo por fora, quem está certo por dentro. Era precisamente isso que acontecia com Paulo Américo Passalacqua, cuja personalidade externa era de precisão marcante com a sua personalidade interna, num equilíbrio perfeito entre o homem e a obra. Grande, altivo, imponente de físico, amável, acolhedor, era o

---

<sup>2</sup> Bela Vista (Bexiga ou Bixiga).



homem o feitio de sua própria obra, sólida, conscienciosa, humana, real em relação ao tempo e enquadrada no meio, sem subterfúgios nem sofismas, clara, honesta e sincera”<sup>3</sup>.

Como advogado militante, a principiar com modesta clientela, ser um dia Juiz era meta inteiramente fora de minhas cogitações, por não me sentir dotado nem dos atributos, nem do saber necessários para o nobilitante cargo, mormente quando via a presteza e eficiência, com que João Sabino Neto ditava a prestação jurisdicional, e encantadora dialética de Ennio Bastos de Barros, a serena tranqüilidade de Felizardo Calil ao verter o seu saber, em Varas Cíveis, além da equilibrada energia de Geraldo de Faria Lemos Pinheiro na Décima Vara da Família, todos ornados das demais peregrinas virtudes, ao depois, Desembargadores. Os dois últimos honraram-me, bem como a Sérgio João França, então meu colega de escritório, atualmente Procurador do Estado, com o múnus da advocacia, sindicância e inventariança dativas, além de curador do vínculo nas anulações de casamento. Nessa lista exemplificativa, homenageio os Juízes dos meus tempos de advocacia.

Justamente quando começava a colher os frutos de penosa advocacia, iniciada na Assistência Judiciária do Centro Acadêmico “22 de Agosto”, ao lado, entre outros, de Ademar de Barros (hoje Deputado), Cutrale<sup>4</sup>, Nézio<sup>5</sup> e Ângelo<sup>6</sup>, senti o desejo de ser Juiz. Guardei-o no lugar mais recôndito de meu ser; ao contrário, passaria por pretensioso.

A única pessoa, depois de minha esposa, que me julgava com condições de Juiz era Dona Maria da Conceição Porto de Mattos, carinhosamente chamada de “Dona Quita”, esposa do saudoso Doutor Benedito Macário de Mattos, o “Doutor Cari”, que durante meio século com garbo advogou em Moji-Mirim.

---

<sup>3</sup> Revista dos Tribunais, 181/1.017.

<sup>4</sup> José Roberto Cutrale

<sup>5</sup> Nézio Milhen

<sup>6</sup> Ângelo Brustoloni



Daí, isto é, do 134º Concurso de Ingresso na Magistratura, em 1967, em diante, não vou rememorar a minha vida, com pormenores.

Permiti-me tecer essas considerações, abusando do tempo e da bondade de meus amigos, porque de outra forma não saberia dizer do orgulho, que de mim se apossa, ao ingressar neste centenário Tribunal, onde pontificaram Firmino Whitake<sup>7</sup>r, Cardoso Ribeiro<sup>8</sup>, Laudo Ferreira de Camargo, Costa Manso<sup>9</sup>, Manuel Carlos<sup>10</sup>, Toledo Piza<sup>11</sup>, Theodomiro Dias, Ferreira França<sup>12</sup> e Rodrigues de Alckmim<sup>13</sup>, entre muitos e muitos outros.

Escusado dizer que esses nomes são mencionados, não porque deles queira me abeirar, mas como preito de gratidão pelas lições que em seus votos encontrei e que nem sempre as consegui assimilar.

Como assinala Cardoso de Miranda, “conhecer e venerar os antepassados é investigar, para melhor mantê-lo, o patrimônio moral e intelectual deles recebido, e apurar as qualidades de coração que deles nos vieram na herança sentimental das gerações”<sup>14</sup>.

Minha responsabilidade, bem o sei, igualmente é grande, porque venho tentar preencher a vaga oriunda de prematuro e sentido passamento. A mim se me afigurava, que o pranteado Desembargador Descio Mendes Pereira iria viver longa vida, envelhecer sob a toga, dignificando-a a cada instante, ainda, ao depois, desfrutar da aposentação compulsória por limite de idade, em data ainda bem distante, com as benesses de Deus no remanso de seu lar feliz.

---

<sup>7</sup> Firmino Antonio da Silva Whitaker Filho

<sup>8</sup> Francisco Cardoso Ribeiro

<sup>9</sup> Manuel Costa Manso

<sup>10</sup> Manuel Carlos de Figueiredo Ferraz

<sup>11</sup> Joaquim de Toledo Piza e Almeida

<sup>12</sup> Francisco Ferreira França

<sup>13</sup> José Geraldo Rodrigues Alckmim

<sup>14</sup> Apud J. B. de S. AMARAL, in “Digesto Económico”, 153/106.



“Tu – se és apóstolo – não hás de morrer. Mudarás de casa, e é só”<sup>15</sup>.

Com esse pensamento de Monsenhor Escrivã<sup>16</sup>, conforta-me a certeza de que a alma de Descio, despida das aflições das agruras deste mundo, está perto do Senhor, assistindo aos que tão cedo deixou.

Ao mais moderno dos Desembargadores, se de plenárias participasse, tocaria votar em primeiro lugar (**corneta** – na gíria forense), nos feitos contenciosos e, geralmente, por último, nos administrativos.

Tomo posse, contudo, acreditando no que sempre acreditei: na independência e na grandeza da justiça de minha terra.

Na independência, porque nunca se vergou, na sua tarefa de concretamente dar a cada um o que é seu, ao verdugo de tiranos. O Poder Judiciário passou galhardamente incólume pelos diversos períodos revolucionários e de exceção, seja porque foi respeitado, seja porque se fez respeitar, sem ouro e sem espada.

É de sua gloriosa tradição.

Ao ser eleito presidente desta Corte, o saudoso Desembargador MANUEL CARLOS pôde com segurança a tranqüilidade proclamar:

“O Judiciário não se desnaturou na Revolução, nem deixou de ser o poder que já Aristóteles fazia entrar como elemento irreduzível na manifestação das forças equilibradas da soberania nacional.

Há quem pretenda ironizar o assunto, em comentários e ditos, não somente injustos e irreverentes, mas impregnados de ideologias avessas e acerbos intenções.

---

<sup>15</sup> “Caminho”, ponto n. 744.

<sup>16</sup> Hoje So Josemaria Escrivá



Mas o prestígio da justiça não sofre com isso maior detrimento. Pois o certo é que a Carta Constitucional de 1937 manteve o judiciário com todas as prerrogativas que a nação outorga ao poder..."<sup>17</sup>.

De igual modo, conhecendo a grandeza de nossa gente, não há desesperar. Quando muito, há crise de acomodação, inerente a toda reforma.

Com a Lei Orgânica da Magistratura não podia ser diferente.

Chego ao Tribunal de Justiça, com muita fé e redobrada esperança.

Os instrumentos hábeis para a co-participação ativa e responsável de todos os seus membros há de ser encontrados.

Afinal, aos bandeirantes os desafios são tão constantes quanto as suas vitórias.

No que tange à rapidez reclamada na distribuição da Justiça, permito-me aqui reproduzir trecho do Parecer da Comissão do Segundo Tribunal de Alçada Civil de São Paulo sobre o Anteprojeto do Juizado Especial de Pequenas Causas:

"...não seja esta mais uma vã pretensão de todos os vícios coarctar com a simples promulgação de um texto de lei. Há de ser banida a crença ingênua de tudo resolver a lei com a redução dos prazos e a simplificação das formas. Guerreie-se o fetichismo anacrônico, mas, concomitantemente, dê-se estrutura e meios materiais aos cartórios"<sup>18</sup>.

Os cartórios ainda que incorporem os benefícios da informática, anseio de todos, não prescindirão nunca da dignidade do trabalho humano.

---

<sup>17</sup> Revista dos Tribunais, 128/393.

<sup>18</sup> Julgados dos Tribunais de Alçada Civil de São Paulo, Ed. Saraiva, 77/413.



Os prazos correm, dêz que os feitos andem e dêz que praticados os seus atos procedimentais, pois sempre haverá um termo *a quo* a ser documentado, ainda que, um dia, por um escrevente técnico em computação eletrônica.

Ao lembrar, agora, do papel do cartorário, valho-me do ensejo para homenageá-lo. Não dado a perder-me em generalizações abstratas, a todos agradeço, de José Celestino, a ajudar o Poder Judiciário a instalar Auriflama, a Humberto Campana, Secretário Diretor-Geral do Segundo Tribunal de Alçada Civil.

Além da investidura inicial por concurso público, a todos os funcionários deve ser garantido o acesso e a promoção, sempre respeitada a antigüidade e o merecimento de cada um.

Nos trabalhos preparatórios da reestruturação dos serviços auxiliares do Segundo Tribunal de Alçada Civil, lida em que se vê envolvido de corpo e alma seu Presidente, o brilhante colega Juiz Carvalho Pinto<sup>19</sup>, os membros da respectiva Comissão concluíram no sentido de que o aumento puro e simples de cargos era solução simplista, nem sempre hábil a desemperrar a burocracia, por índole obstinada; ao reverso, é fator do desencanto que grassa no seio do funcionalismo, quer por dificultar essa improvisada política, as promoções, quer por aviltar os vencimentos.

Para arredar a massificação e racionalizar os serviços, a carreira há de ser piramidal. A não ser assim, não há pólo de atração pra os mais capazes; os que nela ingressam dela se livram, tão logo quanto possível, como regra. Os que nela permanecem, em boa parte, são estagiários ou premidos pela necessidade, são os amanuenses.

---

<sup>19</sup> José Guy Carvalho Pinto



Na prestação da função jurisdicional, sempre respeitei e fui respeitado pela nobre classe dos advogados e pelos membros do Ministério Público.

Na sessão de instalação da Comarca de Auriflama, em 1968, o Presidente deste Tribunal, o sempre estimado Desembargador Márcio Martins Ferreira, com a verve dos grandes oradores, discorrendo sobre a grandeza da figura do Juiz e de sua posição ímpar na relação triangular do processo, assinalou, no entanto, que dada a limitação em nosso sistema da provocação da ação pelo Magistrado, se por outras razões não fosse, o respeito aos promotores e advogados é mero consectário da capacidade postulatória de que desfrutam.

A oração acima foi de improviso e, agora, a reproduzo, em versão fiel ao conteúdo, mas sem o requinte da forma.

Nas nobilitantes e árduas funções de Corregedor-Geral da Justiça, tarefas em Garça, em 1968, exigiram ali a presença do mui caro Desembargador Hildebrando Dantas de Freitas. Como eu era substituto em Marília, vim a conhecê-lo, apenas naquela oportunidade, pessoalmente. Durante muito tempo, não tinha como atinar com a origem da amizade com que sempre ele me honrou e distinguiu. Animei-me a perquiri-la, tão apenas depois de sua aposentadoria, que se deu sob a auréola de quem dignificou a Magistratura como poucos, como registram os nossos anais<sup>20</sup>.

Disse-me, então, que era porque me inscrevera, ao lado de poucos, para todas as comarcas, sem o que Auriflama não teria condições de ser instalada, no prazo programado.

Marília, Duartina, Garça, Getulina e Pompéia (como substituto), General Salgado (que acumulei ao tempo de Auriflama) e, como titular, em Auriflama, Guaratinguetá, Sorocaba e Campinas, em

---

<sup>20</sup> Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo, ed. LEX, 56/426.





todas, vivi bons pedaços de minha vida; se não as torno rever com frequência, é porque pretendo perpetrar na imaginação os momentos felizes que me proporcionaram, na impossibilidade de revivê-los.

Minha vida judicante, em primeira instância, como titular, terminou como principiara, com a instalação de nova unidade judiciária, daí por que me é cara a Primeira Vara Distrital do Jabaquara<sup>21</sup>.

A Marcello Martins Motta, meu contemporâneo na PUC, amigo e colega do Segundinho<sup>22</sup>, com o meu agradecimento, o penhor de minha amizade.

Quanto ao Segundo Tribunal de Alçada Civil, repito, agora escorado no papel, o que minha emoção disse ao ser surpreendido, ontem, com inesperada homenagem no Colendo Primeiro Grupo de Câmara: Se soubesse que iria ser agraciado com tantas demonstrações de apreço e carinho, e pudesse a jornada reiterar, não só pelos comezinhos deveres de gratidão, mas por imposição de contraprestação comutativa, ser-me-ia imposto o dever de, no mínimo, fazer o dobro do que fiz.

Vou torcer pela reestruturação de seus serviços auxiliares. Arvorando-me em mero gestor de negócios da respectiva Comissão, que com muita honra integrei, composta concomitante ou sucessivamente pelos ilustres colegas Barbosa Pereira Filho<sup>23</sup> e Jorge Celidônio (hoje Desembargadores) e, mais, Lothário Octaviano<sup>24</sup>, Ferreira de Castro<sup>25</sup> e Egas Galbiatti, penso que o seu esforço, a que oficialmente se dá o nome de relatório, servirá, se não como modelo, certamente como ponto de partida, em busca da meta perseguida, para o pronunciamento sábio e soberano do Tribunal Pleno. Ao Segundo Tribunal, também, devem ser oferecidas condições de maior espaço, a fim de que possa agrupar, no

---

<sup>21</sup> Hoje Forum Regional Jabaquara

<sup>22</sup> Como é carinhosamente denominado o Segundo Tribunal de Alçada Civil do Estado de São Paulo.

<sup>23</sup> Pedro Barbosa Pereira Filho

<sup>24</sup> Lothário Octaviano Diniz Junqueira

<sup>25</sup> Marcelo Ferreira de Castro



Fórum João Mendes Júnior, algumas das divisões, diretorias e secções instaladas em outros prédios, em detrimento do bom andamento do serviço público.

Em especial, aos componentes da Segunda Câmara, de ontem e de hoje, Penido Burnier<sup>26</sup>, Carvalho Pinto, Jorge Celidônio, Ferreira de Castro, José Carlos Moraes Salles, Egas Galbiatti e Walter Moraes, meu abraço. Nesta quadra da vida, em que novas amizades não são fáceis, fizeram-me seus amigos, até fraternais.

Aos amigos que não pude enumerar, cumprimento-os todos na pessoa de Manuel Carlos de Figueiredo Ferraz Filho, apóstolo da causa da justiça.

Externo-me, do mesmo modo, em relação aos presentes, aos parentes e, notadamente, aos meus irmãos de sangue e de afeto, José Maria, Renato e Catarina, bem como aos meus cunhados.

Calaram-me fundo as palavras do Desembargador Waldemar Mariz de Oliveira Júnior, em nome deste Egrégio Tribunal.

Em 1964, a mim cabia interpretar a homenagem que lhe prestava a minha querida Turma, como seu paraninfo.

O embaraço, com que me encontro, quase vinte anos depois, quando agora por meio dele sou saudado, é praticamente o mesmo.

A oração que então proferi apenas palidamente retratou a grandeza de alma e os dotes intelectuais do dileto mestre.

Pelo menos, neste momento, resta-me o consolo dele ter enxergado em mim, o que eu gostaria de ter sido, para fazer jus ao privilégio de ser seu ex-aluno e, agora, colega.

---

<sup>26</sup> João Penido Burnier



As sementes que os outros meus queridos mestres sobre minha formação lançaram eram boas. Merecem, igualmente, os frutos que colho, pois a terra em que caíram nem sempre foi-lhes fértil.

Meu pensamento eleva-se aos ausentes deste mundo, entre os quais não hei de deixar de citar José Horácio Meirelles Teixeira e Agostinho Alvim.

Entre os presentes, aproximado pela amizade que eu com o seu mano Luiz mantinha, outro que deste mundo cedo partiu, em tempo de deixar exemplar lastro de vida como chefe de família esforçado, eficiente cartorário e Magistrado consumado, não posso me esquecer de igual modo das lições do Desembargador Bruno Affonso de André, que, além dos círculos de estudo de Processo Civil que sustinha com os doutos, encontrava tempo de orientar os estagiários de Direito, que sonhavam nessa ciência penetrar.

Como juiz novato, valeram-me e muito os ensinamentos do inesquecível Desembargador Joaquim de Syllos Cintra.

Ao meu pai, beijo-lhe as mãos.

Aos meus sogros, Felipe e Anna, sobretudo meus amigos, meus agradecimentos pela companhia que me deram.

Maria Thereza, esposa e amiga, revive, no particular, as reflexões de Santo Agostinho: Se Deus tivesse destinado que a mulher mandasse no homem, a teria tirado da cabeça; se para ser-lhe escrava, dos pés; mas por ter destinado que ela fosse a amorosa companheira e igual, a tirou do seu flanco.

A meus filhos, Paulo, Ana Rita e Domingos Sávio, meu amor paternal.

A ausência mais presente é a de minha saudosa mãe. Dela, porém, espiritualmente, nunca me apartei. Incondicional o amor materno, muito menos ela de mim.

A todos os membros da Magistratura, meus respeitos.

Senhor Desembargador Presidente: tudo hei de fazer para honrar esta alta investidura.

Para rematar, ainda uma vez, inspiro-me em Monsenhor Escrivá, para que Deus me permita, ao ouvir os aplausos do triunfo, não deixar que também aos meus ouvidos ressoem os risos que provoqueei com os meus malogros<sup>27</sup>.

Muito obrigado.

---

<sup>27</sup> "Caminho", ponto n. 589.

